



ÁGUAS DE MATÃO S.A.

CNPJ: 19.190.721/0001-30

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Mensagem da Administração

A Águas de Matão S.A. apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral o Relatório da Administração que demonstra os principais fatos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, a Companhia investiu R\$ 22 milhões, avançando na ampliação da segurança hídrica e na redução das perdas de água, com destaque para a recuperação de 35 mil m³ de água no período. Para o próximo exercício, continuaremos focados na execução dos investimentos planejados, visando cumprir as metas estabelecidas para avanço do esgotamento sanitário, seguindo as premissas de eficiência operacional e financeira do Modelo Operacional Aagea.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table with columns for Ativo, Passivo, and Balances for 2025 and 2024. Includes categories like Caixa e equivalentes, Aplicações financeiras, etc.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table showing the changes in equity components like Reserwa de lucros, Lucros acumulados, and Ajuste avaliação patrimonial.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Águas de Matão S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, na qualidade de sociedade de propósito específico com sede na cidade de Matão, São Paulo, constituída em 18 de outubro de 2013. Em 14 de fevereiro de 2014 iniciou efetivamente suas operações de acordo com o Contrato de Concessão - Concorrência nº 002/2013 - firmado com a Prefeitura Municipal de Matão - SP. O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável, bem como de coleta, transporte, atarmentamento, interceptação, tratamento e destinação final de esgotos sanitários no âmbito do município de Matão/SP e seus distritos, excetuando os serviços prestados pela Companhia Matonesense de Saneamento ("CMS") sob o regime de concessão, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 7.677 substancialmente composto pelo aumento de dividendos a pagar, detalhados na nota explicativa nº 8. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Além disso, conta com o suporte financeiro de sua controladora Aagea Saneamento e Participações S.A. Segmento Operacional: A Companhia avalia a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. 2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 20 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas: premissas de determinação da taxa média de expectativa de perda (nota explicativa nº 7); • Reconhecimento de receita: estimativa das receitas ainda não faturadas. Os valores efetivamente faturados podem diferir das estimativas registradas, sendo eventuais diferenças reconhecidas no resultado do período em que se tornam conhecidas (nota explicativa nº 7); • Definição de vida útil do ativo intangível: requer julgamento da Administração, considerando o período estimado de geração de benefícios econômicos futuros, bem como aspectos contratuais e regulatórios (nota explicativa nº 11); • Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 16); e • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 21). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22. 3. Políticas contábeis materiais: A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: a) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. b) Ativos intangíveis: A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "d". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor. c) Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida íntegra. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento do mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. Contas a receber de clientes: A Companhia reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para refletir as perdas esperadas em sua carteira de contas a receber, em conformidade com a política contábil adotada e com os critérios estabelecidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A mensuração das perdas esperadas é realizada por meio de uma matriz de perda (rolagem), construída com base na experiência histórica de inadimplência observada nos últimos 36 meses, segmentada por faixas de vencimento dos créditos. A metodologia utilizada requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração, considerando, entre outros fatores: o histórico de recebimentos e recuperações; a composição e o prazo da carteira de contas a receber; as condições econômicas atuais; e expectativas razoáveis e sustentáveis quanto a perdas futuras, quando aplicável. As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 22. (ii) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para avaliar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação de perda real ou teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. d) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: A Companhia aplica a prática contábil de ativo e preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table showing income statement items like Receita operacional líquida, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, etc.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table showing comprehensive income items like Lucro líquido do exercício, Itens que poderiam ser classificados para o resultado, etc.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table showing cash flow activities like Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa de atividades de investimento, etc.

Variações nos ativos e passivos

(Aumento)/Diminuição dos ativos

Table showing changes in assets and liabilities like Contas a receber de clientes, Tributos a recuperar, etc.

Variações nos ativos e passivos

(Aumento)/Diminuição dos passivos

Table showing changes in assets and liabilities like Fornecedores e empreiteiros, Obrigações trabalhistas e sociais, etc.

Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Summary table for cash and equivalents changes.

serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. e) Capitalização dos custos de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. f) Benefícios a empregados: (i) Benefício de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de benefício em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. g) Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. h) Receita de contrato com cliente: A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir: (i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto: A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. (ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto: A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. (iii) Receita a faturar de serviços de água e esgoto: As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo continua...

→ continuação

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Águas de Matão S.A. - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

contabilizadas na conta de receitas a faturar. (iv) Receitas de construção ativo intangível: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. (v) Ajustes a valor presente: Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: renegociações de contas a receber conforme nota explicativa nº 6 e arrendamentos conforme nota explicativa nº 14. (vi) Tributos: (i) Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. (ii) Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido: O imposto de Renda e o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (iii) Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iv) Exposições fiscais: Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. (v) Tributos sobre prestações de serviços: O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. (vi) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (vii) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (viii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Passivos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro) ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) Compensação: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (v) Hierarquia do valor justo: Todos os ativos

e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação. (vi) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, amortização do custo de captação e juros de arrendamentos. (vii) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. (viii) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Uma série de novos pronunciamentos contábeis será aplicável a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou antecipadamente esses pronunciamentos na preparação destas demonstrações contábeis. Dentre as normas emitidas com potencial aplicabilidade à Companhia, destaca-se: • CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O CPC 51 introduz novos requerimentos relacionados à apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, incluindo: • Exigência de classificação de receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado, com a introdução de novo subtotal obrigatório de lucro operacional; • Obrigatoriedade de divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) em nota explicativa específica; • Orientações aprimoradas sobre a agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis; e • Exigência de utilização do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto. A Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção do CPC 51, especialmente no que se refere à estrutura e à apresentação da demonstração do resultado, bem como à forma de agregação e detalhamento das informações divulgadas nas demonstrações contábeis. 4. Representação das demonstrações financeiras: Durante o exercício de 2025, a Companhia identificou ajustes contábeis relacionados aos assuntos descritos abaixo. Em decorrência disso, a Companhia procedeu à reapresentação dos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23. (i) Adequação dos critérios de reconhecimento de receitas com clientes, em conformidade com o CPC 47; (ii) Revisão da metodologia de cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com base nos requerimentos do CPC 48; (iii) Ajuste a valor presente ("AVP") e revisão da taxa de desconto aplicada aos saldos de contas a receber de longo prazo, nos termos do CPC 12 e do CPC 48; (iv) Além dos ajustes descritos acima, a Companhia procedeu com outros ajustes referentes a: A atualização dos valores reconhecidos como Depósitos Judiciais; o reconhecimento de passivos atuariais de acordo com o CPC 33; o Revisão e reconhecimentos refletidos sobre os tributos correntes e diferidos, de acordo com o CPC 32; o Reflexo da reapresentação das demonstrações financeiras nas destinações de resultado; o Reclasseificação da demonstração de fluxo de caixa. (i) Adequação dos critérios de reconhecimento de receitas com clientes: No contexto da reapresentação, a Companhia procedeu à reavaliação de seus critérios adotados para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, no contexto do CPC 47. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se que determinados saldos de receita anteriormente reconhecidos não atendiam, de forma integral, a pelo menos um dos cinco passos exigidos pela norma para o reconhecimento da receita, especialmente no que se refere à identificação de contrato válido com cliente e à avaliação da probabilidade de recebimento da contraprestação. Especificamente, foram identificadas situações em que receitas haviam sido reconhecidas para clientes cuja situação cadastral se encontrava incompleta ou desatualizada, o que inviabilizava a adequada avaliação da capacidade financeira e da intenção de pagamento desses clientes. Nesses casos, concluiu-se que não estavam presentes evidências suficientes para suportar a existência de um contrato com substância comercial, conforme requerido pelo CPC 47. Adicionalmente, foram identificados saldos de clientes com faturas vencidas, sem histórico anterior de recebimento ou expectativa razoável de liquidação. Tal condição compromete diretamente o atendimento ao requisito de probabilidade de recebimento da contraprestação, afetando o cumprimento dos cinco passos previstos no CPC 47. Em decorrência disso, todas as receitas anteriormente reconhecidas para esses clientes foram integralmente estomadas, bem como os respectivos clientes excluídos da base de faturamento da Companhia. Em função dos aspectos acima descritos, a Companhia promoveu o ajuste de seus critérios de reconhecimento de receita e efeitos tributários sobre o faturamento, resultando na reapresentação das demonstrações financeiras, de modo a refletir de forma mais fidedigna os princípios e requerimentos estabelecidos pelo CPC 47. (ii) Revisão da metodologia de cálculo da Perdas de Crédito Esperadas: A Companhia revisou a metodologia de mensuração das perdas de crédito esperadas aos recebíveis de clientes e concluiu que não estava em conformidade com o CPC 48. A revisão da PECLD contemplou a substituição de práticas anteriores por uma metodologia baseada em uma matriz de provisão construída a partir de faixas de vencimento (aging) e taxas de perda esperada calibradas com base em histórico de perdas e padrões de comportamento de recebimento, esta matriz foi denominada de "matriz de rolagem". Por fim, no âmbito da revisão dos critérios, também foram identificadas renegociações realizadas com clientes que apresentavam parcelas vencidas há mais de 30 dias. Considerando que tais clientes já possuíam histórico de inadimplência e que a renegociação não eliminava as incertezas relevantes quanto à capacidade e intenção de pagamento, a Companhia concluiu que não estavam atendidos os requisitos para manutenção dos saldos a receber. Assim, os saldos reconhecidos para esses clientes foram integralmente baixados. (iii) Ajuste a valor presente ("AVP") e revisão da taxa de desconto aplicada aos saldos de contas a receber de longo prazo: A Companhia revisou a taxa de desconto utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos saldos de contas a receber classificados no longo prazo. Como resultado dessa revisão, identificou-se a necessidade de adequar a taxa de desconto anteriormente aplicada, que utilizava uma taxa real, ao invés de uma taxa nominal. Além dos ajustes descritos acima, a Companhia procedeu com outros ajustes referentes a: (iv) Revisão dos valores reconhecidos como Depósitos Judiciais; (v) Reconhecimento de passivos atuariais de acordo com o CPC 33; (vi) Revisão e reconhecimentos refletidos sobre os tributos correntes e diferidos, de acordo com o CPC 32; (vii) Reflexo da reapresentação das demonstrações financeiras nas destinações de resultado; (viii) Reclasseificação da demonstração de fluxo de caixa.

Table with columns: Balanço patrimonial, Apresentado anteriormente, Ajustes, Reapresentado, 31 de dezembro de 2024, 01 de janeiro de 2024. Includes sub-sections for Ativo, Passivo, and Demonstrações dos resultados abrangentes.

*** continuação**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Águas de Matão S.A. - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto faturados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim representados:

Classe de consumidor	Saldo em 2025							Saldo em 2024
	Saldo a vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	
Residencial	5.094	1.480	621	369	183	289	434	8.470
Comercial	967	334	103	71	24	51	97	1.647
Industrial	511	81	43	43	41	6	21	746
Setor público	425	1	-	-	-	-	1	440
Subtotal consumidores	6.997	1.896	767	483	248	346	553	11.303
Renegociações (i)	6.099	90	-	-	-	-	-	6.189
Total	13.096	1.986	767	483	248	346	553	17.492

Classe de consumidor	Saldo em 2024 (reapresentado)							Saldo em 2024
	vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 120 dias	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	
Residencial	3.353	1.692	746	336	186	251	396	6.960
Comercial	816	210	114	56	41	92	134	1.463
Industrial	422	111	88	29	1	5	21	677
Setor público	305	-	-	-	-	-	15	327
Subtotal consumidores	4.896	2.013	948	421	228	348	566	9.427
Renegociações (i)	6.466	74	-	-	-	-	-	6.540
Total	11.362	2.087	948	421	228	348	566	15.967

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2025 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 2.550 calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa média de 9,76% a.a. (R\$ 3.277 e 9,97% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de (R\$ 728) de reversão de ajuste a valor presente (constituição de R\$ 1.247 em 31 de dezembro de 2024). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Natureza	Saldo em 2024	Resultado 2024	Saldo em 2025
Perdas de crédito esperadas	(5.984)	1.217	(4.767)
Total	(5.984)	1.217	(4.767)

8. Transações com partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 907 (R\$ 802 em 31 de dezembro de 2024). Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detém 99,99% das ações que representam o seu capital social. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas, e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2025	2024 (reapresentado)
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	2.394	1.071
GSS - Gestão De Sistemas De Saneamento Ltda. (b)	56	26
Total	2.450	1.097
Dividendos a pagar		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	7.485	4.459
Passivo não circulante		
Conta corrente		
Aegea Saneamento E Participações S.A.	5.746	-
Total Passivo	15.681	5.556
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(2.423)	(2.125)
GSS - Gestão De Sistemas De Saneamento Ltda. (b)	(328)	(307)
LVE - Locadora De Veículos E Equipamentos Ltda. (c)	(8)	(223)
Total	(2.759)	(2.655)
Custo de construção		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (c)	(4.969)	(1.926)
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	-	(633)
Total	(4.969)	(2.559)
Receitas financeiras		
Itaú Unibanco S.A. (d)	104	-
Total Resultado do exercício	(7.624)	(5.214)

(a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação. Adicionalmente também há prestação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário, registrados na rubrica de ativo de contrato. (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. (d) Refere-se aos rendimentos com aplicações financeiras.

9. Imobilizado: a) Composição dos saldos:

Ativo Imobilizado	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Depreciação	Líquido	Depreciação	Líquido
Equipamentos de informática	de 03 a 29	7,83%	414 (196)	218	199	
Móveis e utensílios	de 10 a 15	6,98%	185 (125)	60	55	
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	de 01 a 18	10,23%	21.134 (5.163)	15.971	16.643	
Total			21.733 (5.484)	16.249	16.897	

Ativo Imobilizado	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2024		2024	
			Depreciação	Líquido	Depreciação	Líquido
Equipamentos de informática	de 10 a 29	5,1%	380 (181)	199	215	
Móveis e utensílios	de 10 a 16	6,4%	170 (115)	55	62	
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	de 01 a 18	10,1%	18.604 (1.961)	16.643	3.006	
Total			19.154 (2.257)	16.897	3.283	

b) Movimentação do custo:

Ativo Imobilizado	2024		2025	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Equipamentos de informática	380	34	-	414
Móveis e utensílios	170	15	-	185
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	18.604	1.884	646	21.134
Total	19.154	1.933	646	21.733

Ativo Imobilizado	01 de janeiro de 2024		2024	
	Custo	Adições	Custo	
Equipamentos de informática	380	-	380	
Móveis e utensílios	167	3	170	
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	3.950	14.654	18.604	
Total	4.497	14.657	19.154	

c) Movimentação da depreciação:

Ativo Imobilizado	2024		2025	
	Depreciação acumulada	Adições	Transferências	Depreciação acumulada
Equipamentos de informática	(181)	(15)	-	(196)
Móveis e utensílios	(115)	(10)	-	(125)
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	(1.961)	(1.568)	(1.634)	(5.163)
Total	(2.257)	(1.593)	(1.634)	(5.484)

Ativo Imobilizado	01 de janeiro de 2024		2024	
	Depreciação acumulada	Adições	Depreciação acumulada	
Equipamentos de informática	(165)	(16)	(181)	
Móveis e utensílios	(105)	(10)	(115)	
Direito de uso de ativos (Arrendamentos)	(944)	(1.017)	(1.961)	
Total	(1.214)	(1.043)	(2.257)	

A Companhia não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2025.

10. Ativo de contrato da concessão:

Ativo de contrato da concessão	Saldo em 2024		Saldo em 2025	
	Adições (i)	Transferências (ii)	Adições (i)	Transferências (ii)
	3.542	24.113	(2.161)	6.036
Total	3.542	24.113	(2.161)	6.036

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecido a margem de construção no valor de R\$ 471 e juros sobre empréstimos nos ativos qualificáveis foram capitalizados R\$ 126 a uma taxa média de 5,82% a.a. (R\$ 121 e 7,90% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os custos de arrendamento são capitalizados nos ativos aos quais estão diretamente ligados, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados R\$ 987 (R\$ 649 em 31 de dezembro de 2024). (ii) As transferências do ativo de contrato da concessão são consideradas adições nos ativos intangíveis.

11. Intangível: Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos:

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2025		2024	
			Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga	28	3,6%	23.823	(9.972)	13.851	14.702
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 29	4,3%	74.103	(17.040)	57.063	51.597
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 30	4,0%	18.346	(4.385)	13.961	7.514
Máquinas e equipamentos	de 05 a 29	5,9%	14.142	(3.888)	10.254	7.210
Outros componentes	de 03 a 21	6,7%	505	(98)	407	320
Total			130.919	(35.383)	95.536	81.343
Software						
Licença de uso de Software	03	33,3%	150	(143)	7	16
Total			131.069	(35.526)	95.543	81.359

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2024		2024	
			Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga	28	3,6%	23.823	(9.121)	14.702	15.553
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 29	4,3%	65.556	(13.959)	51.597	46.985
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 30	4,0%	10.947	(3.433)	7.514	6.885
Máquinas e equipamentos	de 05 a 29	5,9%	10.178	(2.968)	7.210	5.544
Outros componentes	de 03 a 21	6,7%	388	(68)	320	144
Total			110.892	(29.549)	81.343	75.116
Software						
Licença de uso de Software	03	33,3%	150	(134)	16	5
Total			111.042	(29.683)	81.359	75.116

b) Movimentação do custo:

Ativo	2024		2025	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga	23.823	-	-	23.823
Instalações técnicas de saneamento	65.556	9.947	(1.400)	74.103
Edificações de estações de tratamento	10.947	7.398	1	18.346
Máquinas e equipamentos	10.178	4.130	(166)	14.142
Outros componentes	388	145	(28)	505
Total	110.892	21.620	(1.593)	130.919
Software				
Licença de uso de Software	150	-	-	150
Total	111.042	21.620	(1.593)	131.069

c) Movimentação da amortização:

Ativo	2024		2025	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada	
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga	(9.121)	(851)	(9.972)	
Instalações técnicas de saneamento	(13.959)	(3.081)	(17.040)	
Edificações de estações de tratamento	(3.433)	(952)	(4.385)	
Máquinas e equipamentos	(2.968)	(920)	(3.888)	
Outros componentes	(68)	(30)	(98)	
Total	(29.549)	(5.834)	(35.383)	
Software				
Licença de uso de Software	(134)	(9)	(143)	
Total	(134)	(9)	(143)	

(i) A companhia possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Arrendamentos (i)	17.540	17.279
Outras contas a pagar	418	472
Total	17.958	17.751
Circulante	3.150	1.892
Não circulante	14.808	15.859
O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2025 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,58% a.a. (10,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. Cronograma: As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:		
	2025	
2027	1.426	
2028	826	
2029	820	
2030	888	
2031 em diante	10.848	
Total	14.808	

12. Fornecedores e empreiteiros

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	3.328	4.252
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	2.450	1.097
Total	5.778	5.349
Circulante	5.744	5.299
Não circulante	34	50

A exposição da Companhia aos riscos de liquidez está divulgada na nota explicativa nº 22 - Instrumentos Financeiros.

13. Empréstimos:

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor	
			Contratado	captado
Loan	3,25% a.a. Dezembro/2026		45.836	45.836
Total			7.992	18.022
Circulante			7.992	9.040
Não circulante			-	8.982

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2025 totaliza o montante de R\$ 144 (R\$ 294 em 31 de dezembro de 2024). As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"); (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis da Companhia; (iii) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela Aegea; e (iv) 4 notas promissórias correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Companhia contratou junto ao Banco Santander Instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento. A Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e de todas as demais cláusulas restritivas referentes aos seus contratos de financiamento e debêntures, mais especificamente a relação Dívida Líquida/EBITDA, cujo limite é 4,0X, as quais estão sendo cumpridas integralmente. Considerando o desempenho da Companhia previsto para os próximos trimestres, bem como o desenrolar dos cenários macroeconômicos e geopolíticos, não há, neste momento, expectativa da administração de qualquer descumprimento de referidas obrigações e demais cláusulas contratuais.

14. Conciliação dos passivos resultantes das atividades de financiamentos:

Movimentação	Contas correntes a pagar		Dividendos relacionados		Instrumentos financeiros	Total
	Debêntures	Arrendamentos	pagar partes relacionadas	a pagar		
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	18.022	17.279	-	4.459	(8.027)	31.733
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos						
(-) Pagamentos do principal	(8.080)	(1.620)	-	-	-	(9.700)
Contas correntes para partes relacionadas	-	-	5.746	-	-	5.746
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	2.573	2.573
Derivativos recebidos	-	-	-	(1.500)	-	(1.500)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	(8.080)	(1.620)	5.746	(1.500)	2.573	(2.881)
Outras variações						
Novos arrendamentos	-	1.881	-	-	-	1.881
(-) Juros pagos	(1.1					

★ continuação

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Águas de Matão S.A. - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		2025		2024 (reapresentado)	
16. Depósitos judiciais e provisões: A Companhia é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários. A Companhia, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários aos quais está exposta, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.					
		2025	2024	2025	2024
Natureza		(reapresentado)			
Cíveis	824	514	16	186	
Trabalhistas	39	20	57	427	
Tributários	88	83	23	1.447	
Total	951	617	96	2.060	
Movimentação das provisões:					
		Resultado		Indenizações para despropriações em 2025	
Natureza		Saldo em 2024	Adições	Reversões	Pagamentos
Cíveis	186	43	(17)	-	(196)
Trabalhistas	427	85	(432)	(23)	-
Tributários	1.447	-	(1.424) (I)	-	57
Total	2.060	128	(1.873)	(23)	96
Resultado					
Natureza		Saldo em 01 de janeiro de 2024	Adições	Reversões	Pagamentos em 2024
Cíveis	186	126	(45)	-	(81)
Trabalhistas	109	949	(108)	-	(523)
Tributários	1.449	-	(2) (II)	-	-
Total	1.744	1.075	(154)	(604)	2.060
(I) Em 31 de dezembro de 2025, parte das reversões foram registradas no resultado financeiro, no montante de R\$ 16 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2024). Processos considerados passivos contingentes com risco de perda possível: A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas Demonstrações Financeiras, avaliadas pela Companhia, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante de R\$ 18 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2024), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. 17. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado é de R\$ 63.614, e está representado por 63.613.511 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:					
Aegea Desenvolvimento S.A.		Participação			
Aegea Saneamento e Participações S.A.		0,01%			
		99,99%			
		100,00%			
b) Ajuste de avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes: Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos, bem como os respectivos efeitos tributários. c) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram atendidos conforme o quadro abaixo:					
		2025	2024 (reapresentado)		
Lucro líquido do exercício		19.055	11.321		
(-) Constituição da reserva legal		(953)	(566)		
Lucro líquido ajustado		18.102	10.755		
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado		4.525	2.689		
Dividendos destinados no exercício		4.525	2.689		
Dividendos destinados do resultado do exercício		4.525	2.689		
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 4.525 (R\$ 2.689 em 31 de dezembro de 2024).					
e) Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária. 18. Receita operacional líquida:					
		2025	2024 (reapresentado)		
Receita de prestação de serviços					
Serviços de abastecimento de água		38.120	35.413		
Outros serviços indiretos de água		1.862	1.284		
Serviços de esgoto		43.763	40.751		
Outros serviços indiretos de esgoto		6	16		
Receitas de construção ativo intangível		24.113	13.169		
Total receita bruta		107.864	90.633		
Deduções da receita bruta					
(-) Cancelamentos e abatimentos		(1.769)	(347)		
(-) Tributos sobre serviços		(7.582)	(7.134)		
Total da receita operacional líquida		98.513	83.152		
19. Custos e despesas por natureza:					
		2025	2024 (reapresentado)		
Pessoal		(2.365)	(2.230)		
Conservação e manutenção		(666)	(545)		
Serviços de terceiros		(29.739)	(29.011)		
Materiais, equipamentos e veículos		(461)	(509)		
Amortização e depreciação		(7.339)	(5.898)		
Custos de concessão		(250)	(217)		
Custos de construção ativo intangível		(23.639)	(12.911)		
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber (Baixa) Recuperação de títulos das contas a receber		1.217	(2.867)		
Reversão (provisão) para demandas judiciais		(208)	(37)		
Energia elétrica		1.729	(921)		
Locação		(3.465)	(5.269)		
Produtos químicos		(161)	(275)		
Outros		(302)	(277)		
Total		(1.439)	(1.940)		
Custos dos serviços prestados		(64.604)	(54.032)		
Despesas administrativas e gerais		(2.484)	(8.875)		
20. Resultado financeiro:					
		2025	2024 (reapresentado)		
Receitas					
Rendimentos de aplicações financeiras		371	570		
Juros e multa recebidos ou auferidos		1.176	3.295		
Variações cambiais ativas		3.005	888		
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22)		2.870	7.034		
Outras receitas financeiras		63	61		
Receitas financeiras		7.485	11.848		
Despesas					
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 19)		(1.001)	(1.855)		
Descontos concedidos		(785)	(337)		
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 7)		728	(1.247)		
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22)		(5.615)	(2.402)		
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)		(74)	(249)		
Variações cambiais passivas		(915)	(6.252)		
Despesas e comissões bancárias		(450)	(485)		
Amortização do custo de captação (nota explicativa nº 14)		(150)	(151)		
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 15)		(1.587)	(974)		
Despesas com taxas diversas		(982)	(869)		
Outras despesas financeiras		(220)	(380)		
Despesas financeiras		(11.051)	(15.201)		
Resultado financeiro		(3.566)	(3.353)		
21. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL): a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está apresentada como segue:					
		2025	2024 (reapresentado)		
Resultado antes dos tributos		27.878	16.912		
Alíquota fiscal		34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal		(9.479)	(5.750)		
Despesas indedutíveis		(54)	(60)		
Programa de alimentação do trabalhador		75	69		
Doações Rouanet e Caráter desportivo		120	118		
Atualização de demandas judiciais		489	-		
Outras diferenças permanentes		25	32		
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente		(8.162)	(7.052)		
Diferido		(661)	1.461		
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício		(8.823)	(5.591)		
Alíquota efetiva		32%	33%		
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos					
		2025	2024 (reapresentado)		
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados		(8.162)	(7.052)		
Saldos pagos referente a anos anteriores		(1.659)	(1.383)		
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)		2.950	2.181		
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa		(6.871)	(6.254)		
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:					
Compensações referente retenções na fonte		749	522		
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(2.201)	(1.659)		
Total		2.950	2.181		
b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:					
		2024 (reapresentado)	Resultado	Patrimônio Líquido	2025
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber		2.140	(520)	-	1.620
Provisão para participação nos lucros		77	20	-	97
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais		150	(118)	-	32
Ajuste a valor presente		1.114	(247)	-	867
Variação cambial ativa		1	1.325	-	1.326
Instrumentos financeiros derivativos		3.134	(1.756)	(120)	1.258
Arrendamentos		702	(169)	-	533
Perda com clientes		24	(24)	-	-
Baixa por perda parcelamentos		191	583	-	774
Provisão benefício pós-emprego		216	62	(40)	238
Ativo fiscal diferido		7.749	(844)	(160)	6.745
Juros capitalizados no ativo de contrato e intangível		(434)	(18)	-	(452)
Custo de captação de empréstimos, e debêntures		(100)	51	-	(49)
Instrumentos financeiros derivativos		(430)	430	-	-
Baixa por dedutibilidade fiscal		(436)	221	-	(215)
Arrendamentos - Capitalização		(218)	(348)	-	(566)
Receita de construção		(88)	(153)	-	(241)
Passivo fiscal diferido		(1.706)	183	-	(1.523)
Ativo fiscal diferido líquido		6.043	(661)	-	5.222
		01 de janeiro de 2024 (reapresentado)	Resultado	Patrimônio Líquido	2024
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber		1.059	1.081	-	2.140
Provisão para participação nos lucros		76	1	-	77
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		42	108	-	150
Ajuste a valor presente de clientes		690	424	-	1.114
Instrumento financeiro derivativo		33	-	(32)	1
Variação cambial		2.565	569	-	3.134
Baixa por perda parcelamentos		691	11	-	702
Provisão pós-emprego		23	(102)	103	24
Perda com clientes		70	121	-	191
Arrendamentos		86	130	-	216
Ativo fiscal diferido		5.335	2.343	71	7.749
Juros capitalizados no ativo de contrato e intangível		(415)	(19)	-	(434)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		(151)	51	-	(100)
Ganho ou perda com SWAP		141	(571)	-	(430)
Baixa por dedutibilidade fiscal		(399)	(38)	-	(436)
Arrendamento mercantil - Capitalização		(1)	(217)	-	(218)
Margem de construção		-	(88)	-	(88)
Passivo fiscal diferido		(825)	(882)	-	(1.706)
Ativo fiscal diferido líquido		4.510	1.461	71	6.043
22. Instrumentos financeiros: Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, são de R\$ 4.767, representando aproximadamente 27,25% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2024, esta provisão era de R\$ 3.828, representando aproximadamente 23,97% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Fundos de Investimentos, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham rating igual ou superior a AA. O rating são aqueles publicados pelas agências: Fitch, Standard&Poor's e Moody's, dentro da escala (I) global para aplicações no exterior, ou (II) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:					
		Nota	2025	2024	
Bancos conta movimento		5	4.161	771	
Aplicações financeiras		6	-	3.503	
Contas a receber de clientes		7	15.780	15.145	
Instrumentos financeiros derivativos		22	3.066	8.027	
Total			23.007	27.446	
Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletido no fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025:					
		2025		2024	
		Fluxo financeiro projetado			
		Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
			37 a 48 meses	49 meses em diante	
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros		5.778	5.778	5.744	34
Financiamentos e debêntures		7.992	8.460	8.460	-
Dividendos a pagar		7.485	7.485	7.485	-
Contas correntes a pagar partes relacionadas		5.746	5.746	-	-
Outras contas a pagar		17.958	28.125	3.699	2.799
Total		44.959	55.594	25.388	2.833
		2025		2024	
		Fluxo financeiro projetado			
		Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
			37 a 48 meses	49 meses em diante	
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros		5.778	5.778	5.744	34
Financiamentos e debêntures		7.992	8.460	8.460	-
Dividendos a pagar		7.485	7.485	7.485	-
Contas correntes a pagar partes relacionadas		5.746	5.746	-	-
Outras contas a pagar		17.958	28.125	3.699	2.799
Total		44.959	55.594	25.388	2.833
		2025		2024	
		Fluxo financeiro projetado			
		Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
			37 a 48 meses	49 meses em diante	
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros		5.778	5.778	5.744	34
Financiamentos e debêntures		7.992	8.460	8.460	-
Dividendos a pagar		7.485	7.485	7.485	-

* continuação

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Águas de Matão S.A. - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

dos instrumentos de hedge e itens protegidos; • Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de hedge. **Valor justo: Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Companhia, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia considera o dólar do cenário base de R\$ 5,5024. O cenário I é o dólar a R\$ 4,4019, o cenário II é o dólar a R\$ 3,1442 e o cenário III é o dólar a R\$ 2,7512. Além disso, considera-se como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2025. A Companhia estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Além disso, em outra avaliação, considera-se ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Com-

panhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2025. A Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	Cenário		
			I	II	III
Swap	2.900	Variação USD	1.299	(530)	(1.102)
		Queda Curva CDI	2.900	2.901	2.901
		Alta Curva Cupom Cambial	2.805	2.622	2.533

23. Transações que não afetaram caixa: Nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações de investimentos e financiamentos que não afetaram caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, estão apresentadas abaixo:

	2025	2024
Adições de ativo de direito de uso e passivo arrendamento	767	15.301
Custos de empréstimos capitalizados	126	121

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação que corresponde a 1% da arrecadação mensal. O contrato prevê valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 75.016. Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos.

25. Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

Diretoria

Daniel Fernando Mantovani - Diretor Presidente

Isabelly Naianne Martins Gonçalves - Diretora Executiva

Contador

Marcelo Bogas - CRC 1SP 253488/O-2

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Águas de Matão S.A. - Matão - SP. Revisamos os balanços patrimoniais da Águas de Matão S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou a nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Uma revisão de demonstrações fi-

nanceiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da Companhia, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Conclusão sobre as demonstrações financeiras:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Matão S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase - Reapresentação dos saldos correspondentes de exercícios anteriores:** Chamamos a atenção à nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras que indicam que os saldos correspondentes de exercícios anteriores foram retificados e estão sendo reapresentados para refletirem os ajustes descritos na referida nota explicativa. **Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. Outros assuntos - Revisão do balanço patrimonial em 1º de Janeiro de 2024:** A revisão dos balanços patrimoniais,

em 1º de janeiro de 2024 (derivado das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023), preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão sem modificação, com data de 22 de março de 2024. Como parte de nossa revisão das demonstrações contábeis de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 4 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, em 1º de janeiro de 2024. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não tenham sido adequadamente registrados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 24 de abril de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Santos Pereira
Contador CRC 1SP255172/O-5

ASSINAR pdf

Código do documento 4beb39f0-23df-48dd-85b0-11cc8399ce31



Assinaturas



JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104
Certificado Digital
jornaloimparcialararaquara@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

29 Apr 2026, 10:59:43

Documento 4beb39f0-23df-48dd-85b0-11cc8399ce31 **criado** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email:jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-04-29T10:59:43-03:00

29 Apr 2026, 11:00:37

Assinaturas **iniciadas** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-04-29T11:00:37-03:00

29 Apr 2026, 11:05:16

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104 **Assinou** Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. IP: 187.34.125.32 (187-34-125-32.dsl.telesp.net.br porta: 30376). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora ALTERNATIVE,CN=JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104. - DATE_ATOM: 2026-04-29T11:05:16-03:00

Hash do documento original

(SHA256):2146cea87822f7fdab0f0cb7ce8c7b221eb9931e1c2ba52fe330e2a20ef84c00
(SHA512):a915cd6d4ed1f5d95898ea9d3dd51631b791ed23e12dee0b99cbd1867a414b50151bebe892ab9b1761d1e3a7bf9ddb5d8e09e9650d08a0ef804ae093003b090

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

